

8.5. Dos estoques internacionais do produto similar e do produto objeto da revisão

Considerando que não houve redução na capacidade de produção chinesa e levando-se em consideração que foram aplicados direitos antidumping em terceiros países, pode-se concluir que há indícios de que pode ter ocorrido elevação dos estoques internacionais do produto objeto da revisão ao longo do período sob análise.

8.6. Das novas plantas de produção na origem sujeita à medida antidumping e em terceiros países

Não foram apresentadas informações que permitissem concluir acerca da existência de novas plantas de produção na China ou em terceiros países. Entretanto, considerando que a capacidade de produção chinesa observada em 2009 já era muito superior ao mercado brasileiro, é possível concluir que, mesmo na ausência de implantação de novas fábricas do produto objeto da revisão na China, ou em terceiros mercados, permanece a ameaça de crescimento das importações chinesas a preços de dumping caso o prazo de aplicação do direito antidumping não seja prorrogado.

8.7. Da conclusão sobre a continuação ou retomada do dano

Há, portanto, indícios suficientes de que, na ausência do direito antidumping, as importações do produto objeto da revisão, realizadas provavelmente a preços de dumping, poderiam agravar o dano sofrido pela indústria doméstica, considerando a elevada capacidade de produção e de exportação chinesa e considerando ainda que foram aplicados direitos antidumping em terceiros países.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à retomada do dumping e ao agravamento da situação da indústria doméstica, retomado o dano decorrente do dumping.

Propõe-se, desta forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos itens 9018.31.11 e 9018.31.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da República Popular da China, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 219, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Prorrogação, excepcional, do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente até 12 de novembro de 2014, o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aprovado pela Portaria nº 84, de 24 de abril de 2013, no âmbito do Termo de Compromisso nº 0426271-90 firmado entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União, e o Município de Pinhais/PR, cujo objeto é a transferência, remontagem e construção de velódromo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 631, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 05/08/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 05/08/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001708/2014-74

Proponente: Município de Itá

Título: Reforma do Ginásio Municipal de Esportes

Registro: 01SC122372013

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação

CNPJ: 83.024.240/0001-53

Cidade: Itá UF: SC

Valor aprovado para captação: R\$ 141.169,82

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3635 DV: 8 Conta

Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 15773-2

Período de Captação até: 31/12/2015

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 330, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014 (*)

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso VIII, alíneas "a" e "b", e seu § 6º, do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e no Regimento Interno do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, Anexo à Portaria nº 452, de 17 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer o calendário e as regras para a eleição das entidades ambientalistas que ocuparão as vagas destinadas as entidades ambientalistas no Conselho Nacional do Meio Ambiente-CO-NAMA, devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas-CNEA, para o biênio 2015/2017.

Art. 2º Serão eleitas, para mandato de dois anos, onze entidades ambientalistas cadastradas regularmente há pelo menos um ano no CNEA, sendo duas para cada uma das cinco regiões geográficas do país e uma para a vaga de âmbito nacional, mediante registro prévio de candidatura, conforme o art. 4º, § 3º, do Regimento Interno do CONAMA.

§ 1º O registro das candidaturas será feito mediante comunicado por escrito, através de meio postal ou eletrônico, encaminhado ao Presidente da Comissão Eleitoral e contendo as seguintes informações:

I - nome e região da entidade candidata;

II - vaga, regional ou nacional, à qual concorre.

§ 2º O registro das candidaturas será endereçado à Administração do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas-CNEA, na Secretaria de Articulação e Cidadania Ambiental, no prazo definido no art. 12 desta Portaria, para o endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 9º andar, CEP 70.068-900, Brasília/DF; ou para o e-mail: <cnea@mma.gov.br>.

§ 3º Não é permitida a candidatura simultânea de uma mesma entidade às vagas de âmbito regional e nacional.

§ 4º Não é permitida a candidatura de entidade ambientalista que tenha exercido os dois últimos mandatos consecutivos no CONAMA.

Art. 3º Poderão exercer o direito de voto as entidades ambientalistas com inscrição no CNEA, homologada até um ano antes da publicação desta Portaria, em conformidade com o caput do art. 3º, § 6º, do Regimento Interno do CONAMA.

Art. 4º Cada entidade ambientalista poderá votar em:

I - duas entidades ambientalistas de âmbito regional, com sede localizada na mesma região geográfica em que se encontre a entidade votante; e

II - uma entidade ambientalista para vaga de âmbito nacional.

Art. 5º O Serão consideradas eleitas:

I - em cada uma das regiões geográficas, as duas entidades ambientalistas que receberem o maior número de votos considerados válidos; e

II - na vaga destinada às entidades de âmbito nacional, a entidade que receber o maior número de votos considerados válidos.

Parágrafo único. Em caso de duas entidades atingirem o mesmo número de votos, o critério de desempate será o de antiguidade da primeira inscrição da entidade ambientalista no CNEA.

Art. 6º A votação realizar-se-á conforme o calendário definido no art. 12 desta Portaria exclusivamente por meio eletrônico, sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 7º A votação eletrônica será realizada no sítio no <www.mma.gov.br/conama/eleicoes>, somente serão considerados válidos os votos efetuados até as 18h, horário oficial de Brasília, na data estabelecida no inciso IV, art. 12.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral não se responsabilizará pelo não-recebimento dos códigos de acesso e senhas para votação eletrônica por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados eletrônicos.

Art. 8º Para participar da eleição, as entidades ambientalistas aptas a votar receberão, por meio postal e eletrônico, correspondência remetida na data estabelecida no inciso I art. 12; contendo:

I - Ofício e Portaria Eleitoral;

II - o código de acesso e a senha para efetuar a votação eletrônica no sítio do CONAMA; e

III - lista das entidades cadastradas no CNEA.

§ 1º A lista das entidades candidatas será divulgada no prazo estabelecido no art. 12, inciso III desta Portaria.

§ 2º O código de acesso para a votação eletrônica poderá ser requisitado a Comissão Eleitoral até as 18 horas do dia 27 de novembro de 2014.

Art. 9º A coordenação dos trabalhos da presente eleição será decidida pela Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas-CPCNEA, conforme o art. 4º, § 2º, do Regimento Interno do CONAMA, com o assessoramento operacional da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Art. 10. Fica instituída a Comissão Eleitoral, com os fins de coordenar os trabalhos da presente eleição, composta por três representantes natos, das entidades ambientalistas com representação no CONAMA, sendo indicados a Associação SOS Amazônia, Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo-ADEMA/SP e Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta - Associação Cunhambebe;

I - na Presidência, a entidade Associação SOS Amazônia, representada pelos senhores(as) Miguel Scarcello e Maria Aparecida de Oliveira Azevedo Lopes, como titular e suplente; respectivamente;

II - na Vice-Presidência, a entidade Associação de Defesa do Meio Ambiente - ADEMA/SP, representada pelos senhores(as) Paulo Nogueira Neto e João Baptista Andrade Monsã, como membros titular e suplente, e

III - na Relatoria, a entidade Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta - Associação Cunhambebe, representada pelos senhores(as) Roberto Francine Junior e Patrícia Diana Edith Belfort de Souza e Camargo Ortiz Monteiro, como titular e suplente.

§ 1º Todos os membros integrantes da comissão tem direito a voz e voto nas deliberações eleitorais, e as decisões da Comissão Eleitoral serão por maioria simples.

§ 2º Na apuração será assegurada a presença de toda a comissão eleitoral a ser custeada pelo Ministério do Meio Ambiente.

§ 3º Ficam os membros da comissão eleitoral impedidos de assumir cargo de conselheiro no CNEA.

Art. 11. Os recursos contra decisões tomadas no processo eleitoral de que trata esta Portaria serão endereçados ao Presidente da Comissão Eleitoral, nos prazos estabelecidos no art. 12, protocolizados no endereço constante do § 2º, do art. 2º, ou enviados para o endereço eletrônico <cnea@mma.gov.br>.

Parágrafo único. as decisões dos recursos serão tomadas por todos os integrantes da Comissão Eleitoral, por maioria simples.

Art. 12 Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

I - 22 a 26 de setembro de 2014 - envio de ofício-circular do CNEA, por meio postal e eletrônico, às entidades ambientalistas cadastradas no CNEA, dando conhecimento das regras para votação, do calendário eleitoral, do sítio eletrônico, códigos e senhas para votação e a lista das entidades ambientalistas aptas a votar e a serem votadas;

II - 29 de setembro a 21 de outubro de 2014 - prazo de registro de candidaturas;

III - 23 de outubro de 2014 - divulgação por meio eletrônico das candidaturas registradas;

IV - 27 de outubro a 28 de novembro de 2014 - período de votação;

V - 1º de dezembro de 2014 - apuração da eleição, divulgação do Resultado e Publicação da Ata no sítio eletrônico do CONAMA;

VI - 2 a 5 de dezembro de 2014 - prazo para interposição de recursos à Comissão Eleitoral;

VII - 8 a 12 de dezembro de 2014 - apreciação dos recursos pela Comissão Eleitoral e divulgação dos resultados; e

VIII - 15 de dezembro de 2014 - proclamação do Resultado final das eleições para o biênio 2015/2017.

Art. 13. As entidades ambientalistas eleitas deverão apresentar à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, até 15 dias antes da primeira Reunião ordinária do biênio para o qual foram eleitas, cópias simples dos atos constitutivos atuais e ata da última eleição de sua diretoria, devidamente registrados em cartório, e a indicação dos nomes de três pessoas, um titular e dois suplentes, que deverão integrar o Plenário do CONAMA, representando-as, conforme o art. 4º, § 4º, do Regimento Interno do CONAMA.

Parágrafo único. As entidades ambientalistas reeleitas deverão apresentar, no prazo previsto no caput, a cópia da ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada em cartório e a indicação de seus representantes, na qualidade de titular e dois suplentes.

Art. 14. A posse dos representantes das entidades ambientalistas eleitas para o biênio 2015/2017 ocorrerá na 1ª Reunião do CONAMA no ano de 2015.